CASA DO POVO DE QUIAIOS

Demonstrações Financeiras Individuais

Exercício 2022

Modelo SNC-ESNL elaborado por
ANTÓNIO MAMEDE

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em euros)

1. Identificação da Identidade

a) - A Empresa Casa do Povo de Quiaios, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social com o NIPC. 501071113, constituída em 1973, tem a sua sede na Rua de S. Mamede, n.º 10 – Quiaios – Figueira da Foz e tem como objectivo fins de carácter social, que existe para servir a sociedade em geral e dedica-se a satisfazer as necessidades de um dado segmento, desde a infância até a velhice. É uma Instituição de dimensão média, contando com um número significativo de funcionários e utentes. Para funcionar e puder fazer face aos custos inerentes às suas actividades, já movimenta grandes quantias em euros.
As suas receitas têm como origem as mensalidades dos utentes, que são determinadas de acordo com a condição do seu agregado familiar e recebem ainda os montantes provenientes da Segurança Social (o seu órgão de tutela), que as financia conforme o acordo de cooperação efectuado.
As IPSS gerem dinheiros públicos e assumem uma grande responsabilidade perante a sociedade, pois têm que garantir que as necessidades dos seus utentes são satisfeitas e ainda acautelar a sua sobrevivência. Para além de terem que prestar contas à Tutela, têm que ter uma gerência atenta e criteriosa, que deve ter ao seu dispor informação financeira que lhe possibilite analisar transparentemente as suas contas e orçamentos.

b) – Sempre que não exista outra referência os montantes encontram -se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2022 as demonstrações financeiras da Casa do Povo de Quiaios, foram preparadas de acordo com as disposições da NCRF-ESNL, o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo Internacional Accounting Standards Board (IASB) e adoptadas pela União Europeia (EU).

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como activos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Casa do Povo de Quiaios, são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica "Gastos de financiamento", se relacionados com empréstimos ou em "Outros gastos ou perdas operacionais", para todos os outros saldos/transacções.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções ---------- 10-50
Equipamento básico---------- 01-08
Equipamento transporte---------- 04-08
Equipamento administrativo---------- 01-10
Outros activos fixos tangíveis---------- 01-10

As despesas com reparação e manutenção destes activos, que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros, são consideradas como gastos no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso quando existam, representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes activos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes gastos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos, com excepção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são adquiridos pelo Fundo de Compensação do Trabalho (FCT).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento de até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 01 de Outubro de 2013.

3.5. Imposto sobre o rendimento

Devem ser divulgados separadamente:
a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;
Descrição Valor

1 Resultado contabilístico do período (antes de impostos)

2 Imposto corrente

3 Imposto diferido

4 Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)

5 Tributações autónomas

6 Taxa efectiva de imposto sobre o rendimento [6 = (4 + 5) / 1 x 100] !

b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

c) A natureza e quantia do gasto (rendimento) de imposto reconhecido directamente em fundos patrimoniais.

3.6. Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio. É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

3.7. Utentes e outros valores a receber

As contas de "Utentes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', por forma a que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.

3.8. Activos financeiros detidos para negociação

Uma entidade deve divulgar as bases de mensuração, bem como as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.
— Para todos os instrumentos financeiros mensurados ao justo valor, a entidade deve divulgar a respectiva cotação de mercado.
— Se uma entidade tiver transferido activos financeiros para uma outra entidade numa transacção que não se qualifique para desreconhecimento, a entidade deve divulgar, para cada classe de tais activos financeiros:
a) A natureza dos activos;
b) A natureza dos riscos e benefícios de detenção a que a entidade continue exposta;
c) As quantias escrituradas dos activos e de quaisquer passivos associados que a entidade continue a reconhecer.
— Quando uma entidade tenha dado em garantia, penhor ou promessa de penhor activos financeiros, deverá divulgar:
a) A quantia escriturada de tais activos financeiros; e
b) Os termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.
— Para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço, uma entidade deve divulgar as situações de incumprimento.

3.9. Activos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes activos são classificados como "activos não correntes", excepto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transacção, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.10. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.11. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.12. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.13. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.14. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 3.2. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.15. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

3.16. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projectos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica "Rendimentos a reconhecer" e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Casa do Povo de Quiaios

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas 31-12-2022	Datas 31-12-2021
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	518.760,04	379.297,42
Investimentos financeiros	24	6.140,39	4.749,41
Subtotal		524.900,43	384.046,83
Ativo corrente			
Inventários	6	9.127,31	7.625,70
Créditos a receber	11	23.358,23	20.362,83
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	10	5.995,00	5.375,00
Diferimentos	12	6.006,42	5.382,66
Caixa e depósitos bancários	14	223.195,75	171.847,31
Subtotal		267.682,71	210.593,50
Total do Ativo		**792.583,14**	**594.640,33**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15	411.991,90	411.991,90
Reservas		8.497,56	8.497,56
Resultados transitados		(226.369,72)	(255.199,35)
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais		17.859,54	23.317,34
Resultado Líquido do período		60.517,57	28.829,63
Total dos fundos patrimoniais		272.496,85	217.437,08
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5	202.999,61	129.642,70
Subtotal		202.999,61	129.642,70
Passivo corrente			
Fornecedores	16	35.878,59	43.038,58
Estado e outros entes públicos	17	30.319,66	28.325,99
Financiamentos obtidos	5	46.629,52	25.501,56
Diferimentos	12	31.749,54	5.263,72
Outros passivos correntes	18	172.509,37	145.430,70
Subtotal		317.086,68	247.560,55
Total do passivo		520.086,29	377.203,25
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**792.583,14**	**594.640,33**

Quiaios, 31 de Dezembro 2022

CONTABILISTA/CERTIFICADO

A Direcção

Casa do Povo de Quiaios

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	7	379.082,91	348.406,33
Subsídios, doações e legados à exploração	8	668.695,66	646.415,93
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(153.062,45)	(134.394,98)
Fornecimentos e serviços externos	19	(161.921,41)	(162.970,29)
Gastos com o pessoal	9	(685.333,78)	(665.946,85)
Outros rendimentos	20	59.368,15	42.486,20
Outros gastos	21	(7.188,68)	(3.301,07)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		99.640,40	70.695,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(36.081,00)	(38.085,43)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		63.559,40	32.609,84
Juros e gastos similares suportados	22	(3.041,83)	(3.780,21)
Resultados antes de impostos		60.517,57	28.829,63
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		**60.517,57**	**28.829,63**

Quiaios, 31 de Dezembro 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

A Direcção

Casa do Povo de Quiaios

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		406.011,52	375.970,34
Pagamento a fornecedores		(312.397,28)	(286.638,16)
Pagamentos ao pessoal		(426.632,27)	(407.701,38)
Caixa gerada pelas operações		(333.018,03)	(318.369,20)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(46.408,64)	(41.752,26)
Outros recebimentos/pagamentos		499.017,59	442.350,74
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		119.590,92	82.229,28
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(177.059,47)	(21.100,04)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		17.500,00	-
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		(159.559,47)	(21.100,04)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		120.000,00	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(25.515,11)	(20.726,60)
Juros e gastos similares		(3.167,90)	(4.207,21)
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		91.316,99	(24.933,81)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		51.348,44	36.195,43
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		171.847,31	135.651,88
Caixa e seus equivalentes no fim do período		**223.195,75**	**171.847,31**

Quiaios, 31 de Dezembro 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

A Direcção

Casa do Povo de Quiaios

Índice

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1		411.991,90	-	8.497,56	(273.481,09)	-	-	29.527,95	34.577,60	-	-	211.113,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização													
Ajustamentos por impostos diferidos						18.281,74			(6.210,61)				
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2		-	-	-	18.281,74	-	-	(6.210,61)	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3									28.829,63			28.829,63
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3		-	-	-	18.281,74	-	-	(6.210,61)	28.829,63	-	-	28.829,63
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsídios, doações e legados													
Distribuições													
Outras operações													
	5		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	1+2+3+5		**411.991,90**	-	**8.497,56**	**(255.199,35)**	-	-	**23.317,34**	**28.829,63**	-	-	**217.437,08**

Quiaios, 31 de Dezembro 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

A Direcção

Casa do Povo de Quiaios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO		Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
			Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6		**411.991,90**	-	**8.497,56**	**(255.199,35)**	-	-	**23.317,34**	**28.829,63**	-	-	**217.437,08**
ALTERAÇÕES NO PERÍODO													
Primeira adopção de novo referencial contabilistico													
Alterações de politicas contabilisticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização de excedentes de revalorização													
Excedentes de revalorização													
Ajustamentos por impostos diferidos													
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						28.829,63			(5.457,80)				
	7		-	-	-	28.829,63	-	-	(5.457,80)	-	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8									60.517,57			60.517,57
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8		-	-	-	28.829,63	-	-	(5.457,80)	60.517,57	-	-	60.517,57
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO													
Fundos													
Subsidios, doações e legados													
Distribuições													
Outras operações													
	10		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6+7+8+10		**411.991,90**	-	**8.497,56**	**(226.369,72)**	-	-	**17.859,54**	**60.517,57**	-	-	**272.496,85**

Quiaios, 31 de Dezembro 2022

CONTABILISTA CERTIFICADO

A Direcção

A. Talhado

Ajustamentos de Transição

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	217.437,08
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
...	-
...	
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	-
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	**217.437,08**

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	28.829,63
Desreconhecimento de Activos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
...	
...	
Impostos Diferidos	
Total Ajustamentos	-
Resultado Líquido SNC-ESNL	**28.829,63**

4 - Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2021

	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	99.105,52	2.674,96	-	-	-	**101.780,48**
Edifícios e outras construções	365.965,64	-	-	-	-	**365.965,64**
Equipamento básico	165.587,69	3.864,30	(1.387,44)	-	-	**168.064,55**
Equipamento de transporte	148.144,25	-	-	-	-	**148.144,25**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	89.068,12	8.266,37	-	-	-	**97.334,49**
Outros Ativos fixos tangíveis	272.787,63	2.684,52	-	-	-	**275.472,15**
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	20.000,00	7.362,80	-	-	-	**27.362,80**
Total	**1.160.658,85**	**24.852,95**	**(1.387,44)**	-	-	**1.184.124,36**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	182.657,03	5.946,34	-	-	-	**188.603,37**
Equipamento básico	151.137,49	4.745,72	-	-	-	**155.883,21**
Equipamento de transporte	117.535,74	16.201,07	-	-	-	**133.736,81**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	74.495,84	5.746,57	-	-	-	**80.242,41**
Outros Ativos fixos tangíveis	240.915,41	5.445,73	-	-	-	**246.361,14**
Total	**766.741,51**	**38.085,43**	-	-	-	**804.826,94**

	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2021
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

31 de Dezembro de 2022

	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
Custo						
Terrenos e recursos naturais	101.780,48	-	-	-	-	**101.780,48**
Edifícios e outras construções	365.965,64	180.707,33	-	-	-	**546.672,97**
Equipamento básico	168.064,55	7.828,89	-	-	-	**175.893,44**
Equipamento de transporte	148.144,25	-	-	-	-	**148.144,25**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	97.334,49	8.751,34	-	-	-	**106.085,83**
Outros Ativos fixos tangíveis	275.472,15	5.618,86	-	-	-	**281.091,01**
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	27.362,80	181.601,07	(20.000,00)	(188.963,87)	-	-
Total	**1.184.124,36**	**384.507,49**	**(20.000,00)**	**(188.963,87)**	-	**1.359.667,98**
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	188.603,37	9.874,76	-	-	-	**198.478,13**
Equipamento básico	155.883,21	4.268,61	-	-	-	**160.151,82**
Equipamento de transporte	133.736,81	11.032,43	-	-	-	**144.769,24**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	80.242,41	6.523,69	-	-	-	**86.766,10**
Outros Ativos fixos tangíveis	246.361,14	4.381,51		-	-	**250.742,65**
Total	**804.826,94**	**36.081,00**	-	-	-	**840.907,94**

	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2022
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

No ano da celebração do contrato de promessa de compra e venda entre a direção da Casa do Povo de Quiaios e os herdeiros do edifício contíguo ao edifício do lar, o montante a título de sinal e forma de pagamento do preço convencionado para a prometida venda do imóvel foi registado nos ativos fixos tangíveis em curso. No ano 2022, o contrato de compra e venda do respetivo edifício não foi realizado, o que resulta da anulação no valor de 20.000,00€ nos ativos fixos tangíveis em curso, pela devolução do montante total a título de sinal.

5 - Financiamentos obtidos

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	38.084,19	192.504,05	**230.588,24**	17.111,27	110.588,20	**127.699,47**
Locações Financeiras	8.545,33	10.495,56	**19.040,89**	8.390,29	19.054,50	**27.444,79**
Contas caucionadas		-	-	-	-	-
Contas Bancárias de *Factoring*	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	**46.629,52**	**202.999,61**	**249.629,13**	**25.501,56**	**129.642,70**	**155.144,26**

Empréstimos Bancários

Descrição	2022			2021		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	38.084,19	5.801,36	**43.885,55**	17.111,27	1.340,77	**18.452,04**
De um a cinco anos	138.354,27	18.406,94	**156.761,21**	110.588,20	2.115,12	**112.703,32**
Mais de cinco anos	54.149,78	4.624,58	**58.774,36**	-	-	-
Total	**230.588,24**	**28.832,88**	**259.421,12**	**127.699,47**	**3.455,89**	**131.155,36**

Locações

Descrição	2022			2021		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-	-	-
Equipamento de transporte	64.804,35	61.429,35	**3.375,00**	64.804,35	50.396,92	**14.407,43**
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
Total	**64.804,35**	**61.429,35**	**3.375,00**	**64.804,35**	**50.396,92**	**14.407,43**

Descrição	2022			2021		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	8.545,33	837,11	**9.382,44**	8.390,29	1.344,69	**9.734,98**
De um a cinco anos	10.495,56	394,19	**10.889,75**	19.054,50	1.280,55	**20.335,05**
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	**19.040,89**	**1.231,30**	**20.272,19**	**27.444,79**	**2.625,24**	**30.070,03**

6 - Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2022
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10.188,84	131.884,60	(52,76)	**7.625,70**	154.545,01	(37,52)	**9.127,31**
Produtos Acabados e intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	**10.188,84**	**131.884,60**	**(52,76)**	**7.625,70**	**154.545,01**	**(37,52)**	**9.127,31**

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	134.394,98		153.062,45
Variações nos inventários da produção	-		-

7 - Rédito

Descrição	2022	2021
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	379.082,91	348.406,33
Quotas dos utilizadores	377.722,91	347.096,33
Quotas e Jóias	1.360,00	1.310,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocionadores e colaborações	-	-
...	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	**379.082,91**	**348.406,33**

8 - Subsídios

Descrição	2022	2021
Subsídios do Governo	**660.794,18**	**642.727,76**
Crss	633.971,81	602.105,27
Crss - Ajuda alimentar	-	-
Fundo de Reestruturação do Sector Solidário	-	-
Instituto Emprego e Formação Profissional (IEFP)	6.816,05	13.546,45
SS-Lay-Off Simplificado (Decreto -Lei nº 10-G/2020, de 26 de março)	2.207,03	6.347,55
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.	3.696,00	2.112,50
SS-Medida Extraordinária (DL nº 10-A/2020 de 13 de março)	58,75	-
SS-Programa Adaptar Social +/Reforço (Port. nº 178/20, de 28/7 e Desp. 3379/21, de 19/3)	-	1.064,00
Autarquias	14.044,54	17.551,99
Apoios do Governo	**-**	**-**
Designação do Apoio A	-	-
Designação do Apoio B	-	-
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
Total	**660.794,18**	**642.727,76**

Descrição	2022	2021
Subsídios de outras entidades	**7.901,48**	**3.688,17**
Doações	7.901,48	3.688,17
Heranças	-	-
Legados	-	-
Outros	-	-
Total	**7.901,48**	**3.688,17**

Na Demonstração dos Resultados da aplicação OCIP, na Resposta Social C.A.T.L. foi transferido o saldo a débito, no valor de 589,71€, da conta de Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos do Centro Regional de Segurança Social, para a mesma rúbrica da Demonstração dos Resultados da Resposta Social Apoio Domiciliário. Originando, na Demonstração dos Resultados da aplicação OCIP, na rúbrica mencionada o montante de 230.479,24€ a crédito na Resposta Social Apoio Domiciliário e a zero na Resposta Social C.A.T.L..

9 - Benefícios dos Empregados

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	552.269,46	535.556,38
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	410,76	373,26
Encargos sobre as Remunerações	116.406,39	110.915,01
Segurosde Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9.297,73	8.605,03
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	6.949,44	10.497,17
Total	**685.333,78**	**665.946,85**

10 - Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Descrição	2022	2021
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	5.995,00	5.375,00
Doadores - em curso	-	-
Patrocinadores	-	-
Quotas	-	-
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Perdas por imparidade	-	-
Total	5.995,00	5.375,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	-	-
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	-	-
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	**-**	**-**

11 - Créditos a receber

Descrição	2022	2021
Clientes e Utentes c/c	**2.099,90**	**6.091,29**
Clientes	-	-
Utentes	2.099,90	6.091,29
Clientes e Utentes títulos a receber	**-**	**-**
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes *factoring*	**-**	**-**
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	**10.857,59**	**7.013,51**
Clientes	-	-
Utentes	10.857,59	7.013,51
Total	**12.957,49**	**13.104,80**

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamento a Fornecedores	1.428,72	1.294,89
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	28,24	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	137,71	50,06
...	-	-
Outros Devedores	8.806,07	5.913,08
Perdas por Imparidade	-	-
Total	**10.400,74**	**7.258,03**

12 - Diferimentos

Descrição	2022	2021
Gastos a reconhecer		
Outras despesas com custo diferido	6.006,42	5.382,66
...	-	-
...	-	-
Total	**6.006,42**	**5.382,66**
Rendimentos a reconhecer		
Outros Rendimentos a Reconhecer	31.749,54	5.263,72
...	-	-
...	-	-
Total	**31.749,54**	**5.263,72**

14 - Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	2022	2021
Caixa	5,12	241,62
Depósitos à ordem	223.190,63	171.605,69
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	**223.195,75**	**171.847,31**

15 - Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	**411.991,90**	-	-	**411.991,90**
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	**8.497,56**	-	-	**8.497,56**
Resultados transitados	**(255.199,35)**	28.829,63		**(226.369,72)**
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	**23.317,34**	787,20	(6.245,00)	**17.859,54**
Total	**188.607,45**	**29.616,83**	**(6.245,00)**	**211.979,28**

16 - Fornecedores

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	35.878,59	43.038,58
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	**35.878,59**	**43.038,58**

17 - Estado e Outros Entes Públicos

Descrição	2022	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	**-**	**-**
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	233,63	98,93
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	17,27
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	5.886,00	5.558,00
Sobretaxa de IRS	-	-
Segurança Social	24.200,03	22.651,79
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	**30.319,66**	**28.325,99**

18 - Outros passivos correntes

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	**16.369,72**	-	**3.303,40**
Credores por acréscimos de gastos	-	**109.608,20**	-	**114.718,18**
Outros credores	-	**38.638,02**	-	**19.482,15**
Total	-	**164.615,94**	-	**137.503,73**

Reversões/Perdas por Imparidade acumuladas

Descrição	2022	2021
Clientes	-	-
Utentes	7.013,51	7.013,51
Total	**7.013,51**	**7.013,51**

Adiantamento de clientes e utentes

Descrição	2022	2021
Clientes	-	-
Utentes	879,92	913,46
Total	**879,92**	**913,46**

19 - Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2022	2021
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	52.612,43	74.967,90
Materiais	11.154,44	8.495,90
Energia e fluidos	78.246,84	61.554,39
Deslocações, estadas e transportes	184,95	71,90
Serviços diversos (*)	19.722,75	17.880,20
...	-	
...	-	-
...	-	-
Total	**161.921,41**	**162.970,29**

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

20 - Outros Rendimentos e Ganhos

Descrição	2022	2021
Rendimentos Suplementares	26.566,72	25.254,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	46,98	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	3.999,05	3.600,00
Outros rendimentos e ganhos	28.755,40	13.632,20
Total	**59.368,15**	**42.486,20**

21 - Outros Gastos e Perdas

Descrição	2022	2021
Impostos	2.450,90	1.665,76
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Divídas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	37,52	52,76
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	399,05	-
Outros Gastos e Perdas	4.301,21	1.582,55
Total	**7.188,68**	**3.301,07**

22 - Resultados Financeiros

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	3.041,83	3.780,21
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	**3.041,83**	**3.780,21**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	**-**	**-**
Resultados financeiros	**(3.041,83)**	**(3.780,21)**

24 - Investimentos Financeiros

Descrição	2022	2021
Investimentos em subsidiárias	**-**	**-**
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	**-**	**-**
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	**-**	**-**
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	**6.140,39**	**4.749,41**
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
FCT - Fundo de Compensação do Trabalho	6.140,39	4.749,41
Perdas por Imparidade Acumuladas	**-**	**-**
Total	**6.140,39**	**4.749,41**

26 - Outras Informações

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

27 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Direcção informa que a Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.
Dando cumprimento ao estipulado do Decreto n.º 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Instituição perente a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Art.º 397º do Código das sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2 , alinea e) do art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais.